



PARCERIA ENTRE A SETHAS E O OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES (DAPGS-UFRN): INOVAÇÃO SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS NA SETHAS - RN

Aline Nalon Ribeiro Neves¹

Fabio Resende de Araújo²

Marconi Neves Macedo³

Cleomar Jamyson da Silva Melo⁴

Jessica Silva⁵

RESUMO

Este artigo analisa a parceria entre a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS) e o Observatório das Desigualdades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com foco na inovação social e na gestão pública baseada em evidências. A colaboração visa fortalecer o monitoramento e a avaliação das políticas de combate à pobreza e fome no estado. O referencial teórico aborda a gestão pública por evidências, utilizando dados confiáveis para a tomada de decisão, fundamentados em contextos locais, experiências profissionais, evidências científicas e necessidades sociais. A parceria busca suprir a lacuna na consolidação dessa prática no Brasil, apontada por autores como Xavier (2021). A metodologia adotada é qualitativa, com pesquisa documental e análise de conteúdo de documentos como o projeto de extensão do Observatório, relatórios de atividades e planejamento de componentes curriculares. Os resultados demonstram a criação de metodologias inovadoras, como o formulário de avaliação dos Planos Municipais de Assistência Social e a categorização dos nós críticos dos planos de providência. A pesquisa de dados primários com os municípios permite identificar dificuldades de gestão. A parceria também amplia a visibilidade da agenda da assistência social no RN através da produção de podcasts, artigos e trabalhos de conclusão de curso. Em suma, a parceria entre a SETHAS e o Observatório das Desigualdades contribui para a gestão pública baseada em evidências e a inovação social, aperfeiçoando o monitoramento das políticas de assistência social e fortalecendo a comunicação científica sobre o tema.

Palavras-chave: Gestão pública; inovação social; SETHAS/RN

¹ Especialista em Direitos Humanos e Lutas Sociais pela UNIFESP, Gestora Pública pela UNISA e Coordenadora de Estudos, Projetos e Inovação da SETHAS/RN. E-mail: contato.alinenalon@gmail.com

² Professor do Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN. E-mail: fabio.resende@ufrn.br

³ Professor do Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN. E-mail: marconi.macedo@ufrn.br

⁴ Mestre em Serviço Social pela UFPE e Subcoordenador da vigilância socioassistencial e cadastro único da SETHAS/RN. E-mail: cleomarsocial@gmail.com

⁵ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Administração da UFRN. E-mail: jessicasilva420@gmail.com



INTRODUÇÃO

O combate à fome e a pobreza é uma pauta que se projeta internacionalmente como prioridade, a exemplo da Aliança Global contra à Fome e a Pobreza liderada pelo Brasil no G20 que tenta uma governança internacional para fortalecer medidas de mitigação desse problema complexo que é a desigualdade social. (Brasil, 2024). O monitoramento de políticas públicas é fundamental para promover maior eficiência no uso dos recursos públicos e maior entrega de serviços. Neste contexto, a gestão estadual na implementação da Política de Assistência Social contribui de modo muito significativo para consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pelo apoio técnico prestado aos municípios do seu território. No Rio Grande do Norte a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) desenvolve um exitoso trabalho buscando promover e incentivar inovações sociais e a gestão baseada em evidências.

Desde 2019, a Coordenadoria de Estudos e Projetos (COEP) da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS/RN) vem desenvolvendo um trabalho significativo no fortalecimento da política de assistência social no estado. A primeira grande iniciativa foi firmar um convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN) e realizar a seleção de pesquisadores bolsistas para contribuir diretamente na formulação e implementação de estratégias voltadas ao setor.

Um dos principais resultados desse esforço foi a publicação, em outubro de 2020, do estudo "Inovação na Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Estado do RN". Este trabalho trouxe contribuições importantes para a gestão pública e consolidou a aproximação entre a SETHAS e o meio acadêmico.

Nos anos seguintes, a COEP ampliou suas ações, intensificando parcerias com universidades e fomentando a pesquisa como ferramenta para o aprimoramento da gestão pública. Esse movimento refletiu a visão estratégica de integrar conhecimento acadêmico e inovação à administração pública, promovendo avanços na qualidade das políticas implementadas.

Em 2024, uma mudança no regimento interno da SETHAS (Decreto Estadual nº 33.621/2424) marcou uma nova etapa nesse processo. A COEP foi ampliada e passou a ser a Coordenadoria de Estudos, Projetos e Inovação (COEPI), incorporando a inovação como um dos eixos centrais de sua atuação. Essa reformulação alinhou-se às diretrizes da gestão atual do Governo do Estado, reforçando o compromisso de modernizar a gestão pública e fortalecer as políticas sociais.

A Coordenadoria de Estudos, Projetos e Inovação (COEPI) da SETHAS entre outras ações visa aumentar a geração de evidências e seu uso por gestores da Assistência Social por meio de desenvolvimento de estudos. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2021 por Koga e Palotti (2021) destacou o baixo uso de evidência por parte de gestores públicos em suas tomadas de decisões. O estudo indica que 54% dos servidores nunca ou raramente usam dados oriundos de pesquisas científicas. Os autores recomendam que a temática das políticas públicas baseadas em evidências possa ganhar mais espaços governamentais. A aproximação dos governos e com as universidades são pontos fundamentais para uma maior cultura de valorização de evidências no processo de



tomada de decisão. A existência de setores como a COEPI-SETHAS é um espaço poroso para captar parcerias, entre academia e serviços.

O Observatório das Desigualdades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) juntamente com a SETHAS em especial sob articulação da COEPI tem em 2024 desenvolvido uma agenda de trabalhos sobre a gestão das políticas de combate à pobreza e fome no RN. Considerando as potencialidades e o êxito das atividades até então desenvolvidas, este artigo tem como objetivo geral analisar a parceria entre o SETHAS e o Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN), destacando como essa colaboração impulsiona a inovação social e a gestão pública baseada em evidências no estado do Rio Grande do Norte. São objetivos específicos: I) Examinar o processo de formalização e implementação da parceria entre o SETHAS e o Observatório das Desigualdades. II) Compreender a formação da equipe de trabalho e as etapas do projeto. III) Relatar produtos e ações derivadas e seu impacto para inovação social e a gestão pública baseada em evidências no estado do Rio Grande do Norte. A justificativa deste trabalho se baseia na possibilidade deste caso ilustrar caminhos para o aprimoramento e expansão de parcerias semelhantes entre instituições governamentais e acadêmicas.

2. GESTÃO PÚBLICA POR EVIDÊNCIAS

A gestão pública pode ser conceituada como a área da administração pública que visa organizar os recursos e serviços do Estado com o intuito de satisfazer as necessidades coletivas. Assim como se discute em Tenório e Saravia (2006, p. 114) “a gestão pública deve estar orientada para público e não para o privado, para o coletivo e não para os indivíduos, para o benefício da comunidade...”. A partir desse contexto, é possível notar a importância de que a tomada de decisão na gestão pública seja baseada em evidências.

A gestão pública baseada em evidências pode ser definida como um método de gestão baseado em dados confiáveis para a tomada de decisão que devem ser fundamentados dentro de fontes como: contexto local, experiência profissional, identificação e a avaliação rigorosa das evidências científicas, e o entendimento das necessidades dos principais grupos sociais que serão afetados por tais decisões (Bevilacqua et al., 2021).

Gestão Baseada em Evidências é um termo adotado para tratar do assunto de utilizar as informações científicas na tomada de decisão e no atingimento dos objetivos organizacionais. Essa terminologia é mais recente, todavia os relatos de práticas neste sentido não são novos (Bevilacqua et al., 2021, p. 108).

A partir de Schneider et al. (2020), entende-se que a análise dos dados existentes são fundamentais para sustentar decisões políticas e possibilitar a identificação dos possíveis impactos dos investimentos em inovação e políticas públicas, subsidiando a criação de políticas públicas mais eficazes para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a gestão pública que olha para os dados têm um teor de precisão na tomada de decisão, visto que permite que os gestores identifiquem padrões e lacunas nos territórios de atuação. Essa abordagem baseada em evidências representa uma mudança em relação ao modelo tradicional, que



muitas vezes depende de intuições ou posicionamentos políticos (Bevilacqua et al., 2021).

Atualmente já existe esse pensamento de construção das políticas a partir do que é visto dentro do conhecimento científico e das necessidades sociais (Boneti, 2006; Sandim e Machado, 2020; Schneider et al., 2020). É dentro desse pensamento de efetividade das políticas públicas que a gestão pública entra como mecanismo que visa assegurar a satisfação das necessidades da sociedade, funcionando de forma que a administração pública tenha as condições necessárias para isso (Farah, 2011).

Nesse sentido, é válido ressaltar que ainda com os avanços, a construção e implementação de políticas baseadas em evidências no Brasil ainda é heterogênea, com algumas áreas mais formalizadas do que outras. Xavier (2021), vai enfatizar que este assunto ainda é uma problemática, visto que os recursos utilizados nesse processo são limitados e que nem todas as decisões tomadas pelo poder público possuem embasamento científico sendo em uma grande parcela baseadas apenas em achismo. Tais acontecimentos trazem como consequência um grande volume de políticas que não oferecem resultados concretos; que funcionam na teoria, mas não tem eficácia na prática (Xavier, 2021).

Desse modo, Sandim e Machado (2020), reforçam o exposto em Xavier (2021), quando apontam que apesar de atualmente o debate da gestão pública baseada em evidências estar em crescimento constante, ainda existem desafios e caminhos a serem percorridos para consolidar essa abordagem nas práticas de construção e implementação das políticas públicas. Além das questões estruturais, a confiabilidade ou não dos dados também tem impactos significativos (Schneider et al., 2020).

Em síntese, embora o debate e os avanços na construção de políticas públicas baseadas em evidências tenham se intensificado no Brasil, ainda existem lacunas na consolidação dessa prática. A limitação de recursos e a falta de embasamento científico em algumas decisões, compromete a eficácia de muitas medidas, como apontado por Xavier (2021). Nesse contexto, é importante reforçar a necessidade de fortalecer a integração de evidências científicas no processo decisório, promovendo um modelo de gestão pública que se adeque às necessidades dos diversos grupos sociais.

3. A PARCERIA ENTRE A SETHAS E O OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

O Observatório das Desigualdades foi criado no ano de 2020 no Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN. O projeto é uma das frentes extensionistas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Institucional e Políticas Públicas (GIPP) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Observatório das Desigualdades ao longo de seus anos teve diferentes agendas de trabalho com enfoque em diversas desigualdades sociais (gênero, raça, orientação sexual entre outras) e suas interseccionalidades. Sua identidade extensionista oportuniza que alunos e alunas dos cursos de Administração e Administração Pública da UFRN possam ter uma vivência prática em contextos da administração pública, formando assim competências diversas. O projeto que possui protagonismo discente acompanha o



estabelecido na Resolução nº 007/2018 CES/CNE, que estabelece diretrizes para as atividades de extensão universitária, que indica que as intervenções de extensão devem estar vinculadas à formação dos estudantes e envolverem diretamente a comunidade em parceria com instituições de ensino superior.

Em 2024, o Observatório das Desigualdades pautou como agenda de trabalho as políticas de combate à pobreza e fome no RN. Entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024 uma sequência de reuniões entre os professores coordenadores do projeto e os gestores da SETHAS teve como propósito identificar atividades, programas e temáticas que poderiam ser mais relevantes para a realização da parceria. Desta articulação, dois setores da SETHAS se projetaram na parceira: a Coordenadoria Estudos e Pesquisa e Inovação (COEPI) e a Subcoordenação de Vigilância Socioassistencial (VIGSO). A agenda de trabalhos se direcionou principalmente nas ações Plano Estadual de Apoio Técnico da Política de Assistência Social do Rio Grande do Norte que a SETHAS implementa juntamente aos municípios do RN.

Em janeiro de 2024, o projeto “Observatório das Desigualdades: apoiando a gestão de Políticas de enfrentamento à pobreza no RN” teve carta de apoio emitida pela SETHAS formalizando a parceria institucional. Como objetivo geral, o projeto pretende apoiar a gestão estadual no monitoramento dos municípios prioritários na implementação da Políticas de Assistência Social. Como objetivos específicos foram enumerados: I) Conhecer os instrumentos de Planejamento da SETHAS no tocante ao Apoio Técnico aos municípios da Política de Assistência Social do Rio Grande do Norte; II) Analisar junto com as equipes da COEPI e da VIGSO o desempenho dos municípios prioritários para monitoramento;; III) Desenvolver formas de sistematizar os dados dos municípios prioritários a fim de viabilizar monitoramento do trabalho dessas localidades.

4. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é de natureza qualitativa, tendo sido realizada pesquisa documental com o objetivo de analisar a parceria entre o SETHAS e o Observatório das Desigualdade (DAPGS-UFRN), destacando como essa colaboração impulsiona a inovação social e a gestão pública baseada em evidências no estado do Rio Grande do Norte.

Quadro 1: Análise Documental - Documentos Utilizados

- O projeto de extensão - PJ321-2024 Observatório das Desigualdades (DAPGS/UFRN) - Renovação: apoiando a gestão de políticas de enfrentamento à pobreza no RN.
- O projeto de pesquisa associado ao projeto de extensão - PVE22684-2024 Desempenho dos Municípios na Implementação da Política de Assistência Social do RN: Um diagnóstico sobre as Capacidades Estatais locais.
- O relatório de atividades do Observatório das Desigualdades de 2024.1 foi enviado à SETHAS em setembro de 2024. O relatório consta de produção técnica e acadêmica derivada dos trabalhos desenvolvidos em seu primeiro semestre.
- O planejamento da oferta 2024.2 dos componentes curriculares do curso de Administração Pública da UFRN que possuem carga horária extensionista e que desenvolvem ações com Observatório: APS1063 - Extensão Universitária em Políticas Públicas e APS1021 - Diversidade e Desigualdades.

Fonte: Referências documentais. Elaboração, autores.

Os documentos foram analisados conforme análise de conteúdo e as categorias analíticas que emergiram do material foram: Equipe e etapas de trabalho; Produtos e ações derivadas e Impacto para inovação social e a gestão pública baseada em evidências no estado do Rio Grande do Norte.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção demonstra como o trabalho conjunto entre os atores acadêmicos e institucionais foi estruturado para desenvolver metodologias inovadoras, diagnósticos técnicos e comunicação científica voltados ao aprimoramento da política de assistência social no estado do Rio Grande do Norte.

5.1. Equipe e etapas de trabalho

A equipe do projeto do Observatório das Desigualdades conta com a coordenação de dois docentes, dois bolsistas (1 de extensão e outro de iniciação científica), dois voluntários de graduação e duas voluntárias graduadas egressas de outros anos do Observatório. Os alunos de graduação (bolsistas e voluntários) são graduados em Administração ou Administração Pública e possuem seus trabalhos de conclusão vinculados às atividades do projeto. A equipe em 2024.1 possuía uma reunião coletiva semanal, e reuniões com subgrupos específicos sob demandas. Em 2024.2 as reuniões coletivas passaram a acontecer duas vezes por semana, atreladas a oferta do componente APS1063 - Extensão Universitária em Políticas Públicas.

Quadro 2: Ciclo de atividades 2024.1

ATIVIDADES 2024.1
I) Aproximação do grupo com os documentos técnicos da Assistência social: realização de apresentações e debates dos documentos. II) Aproximação do grupo com os gestores da COEPI e da VIGSO a fim de compreender a dinâmica de trabalho das atividades. III) Elaboração da metodologia para criação de Diagnóstico dos instrumentos de planejamento: reuniões de criação de métodos para pesquisa documental com criação de instrumento de avaliação para planos municipais de assistência social e método de categorização do conteúdo dos planos de providência. IV) Apresentações preliminares dos dados de análise da pesquisa documental para gestão da COEPI e da VIGSO. V) Elaboração da metodologia da pesquisa de diagnóstico de dados primários (questionário survey, grupos focais e entrevistas). Os encontros também prepararam a proposta para submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFRN. VI) Elaboração de produtos de comunicação científica e relatório semestral do projeto: redação de artigos para congressos, trabalhos de conclusão de curso e relatório.

Fonte: Relatório de atividades. Elaboração, autores.

Em 2024.2 as atividades tiveram continuidade, desta vez com o grupo fixo de participantes somados à 7 alunos de Administração Pública e Biblioteconomia matriculados no componente extensionista ofertado pelo Curso de Administração Pública. As atividades se dinamizaram nas seguintes etapas:

Quadro 3: Ciclo de atividades 2024.2

ATIVIDADES 2024.2

- I) Aproximação do grupo com os documentos técnicos da Assistência social: realização de apresentações e debates dos documentos.
- II) Construção de metodologias para elaboração de diagnósticos de gestão com dados de sistemas de informações da Assistência Social, pesquisa documental e pesquisa de dados primários.
- III) Reuniões de planejamento com participação dos gestores da COEPI e da VIGSO, e reunião com a Secretária de Assistência Social para apresentação do relatório 2024.1.
- IV) Práticas em laboratório de informática para planejamento e criação de curso prático para o público externo sobre os Sistemas de informações da Assistência Social.
- V) Planejamento quanto a comunicação científica por produtos acadêmicos e audiovisuais (podcasts e vídeos para redes sociais e Youtube) que comuniquem dados dos diagnósticos.
- VI) Implementação da pesquisa de dados primários “Desempenho dos Municípios na Implementação da Política de Assistência Social do RN: Um diagnóstico sobre as Capacidades Estaduais locais.”
- VII) Participação em eventos dos gestores municipais de assistência social comunicando resultados e apresentando novas pesquisas.

Fonte: Relatório de atividades. Elaboração, autores.

5.2. Produtos e ações derivadas

Entre os produtos e ações derivadas, desenvolvidas nesta parceria destacamos diferentes entregas e produtos:

Quadro 4: Resultado Parcial

- Análise de 61 Planos Municipais de Assistência Social.
- Análise de 24 Planos de Providência.
- Criação de um Formulário de análise dos Planos Municipais de Assistência Social.
- Pesquisa de dados primários com survey online, entrevistas e grupos focais em andamento.
- Trabalhos acadêmicos científicos: 2 trabalhos apresentados em congresso, 1 Trabalho de Conclusão de Curso concluído e 2 em fase de finalização.
- Realização de 2 cursos para público externo voltados para temática da Assistência Social no RN.
- Produção de Podcast (ObservaCast) com o objetivo de apresentar a parceria entre SETHAS e UFRN.

Fonte: Relatório de atividades. Elaboração, autores.

As ações e produtos derivados da parceria evidenciam o potencial transformador da colaboração entre a SETHAS e o Observatório das Desigualdades, com contribuições relevantes para a gestão pública baseada em evidências. Desde análises detalhadas de documentos técnicos até a criação de metodologias inovadoras e estratégias de comunicação científica, os resultados alcançados fortalecem as capacidades institucionais e fomentam a inovação social no âmbito da política de assistência social no RN.

5.3. Impacto para inovação social e a gestão pública baseada em evidências no estado do Rio Grande do Norte.

A parceria interinstitucional entre SETHAS e UFRN oportuniza um duplo fluxo: de um lado os estudantes do Observatório das Desigualdades aprofundam conhecimentos desenvolvendo competências gerenciais e acadêmicas, e de outro lado a Política de Assistência Social do RN ganha um conjunto importante de



evidências e instrumentos para aperfeiçoar o monitoramento e avaliação de suas ações.

A criação de metodologias inovadoras, como o formulário de avaliação dos Planos Municipais de Assistência Social, aperfeiçoam o ciclo de monitoramento entre governo estadual e municípios. O mesmo podemos dizer sobre a categorização dos nós críticos dos planos de providência. A pesquisa de dados primários com os municípios permite que as dificuldades de gestão sejam identificadas por um conjunto amplo de métodos de pesquisa (survey, grupos focais e entrevistas).

No tocante a comunicação científica o Observatório das Desigualdades possibilita uma ampliação da visibilidade da agenda da assistência social no RN, por meio de eventos, artigos, trabalhos de conclusão de curso e afins. Essa comunicação é fundamental para a legitimidade da política pública e para fortalecer o controle social das ações, oportunizando o tema ser acessível em diversos espaços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parceria entre o Observatório das Desigualdades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS), em 2024, demonstrou ser uma iniciativa promissora para o desenvolvimento de inovações sociais e a consolidação da gestão pública baseada em evidências no âmbito da Política de Assistência Social no Estado do RN.

A análise dos resultados da parceria evidenciou a efetividade da colaboração entre instituições governamentais e acadêmicas na produção de conhecimento aplicado à gestão pública. A pesquisa documental, abrangendo Planos Municipais de Assistência Social e Planos de Providência, gerou um diagnóstico aprofundado sobre a implementação da política no nível municipal. A metodologia inovadora desenvolvida, a partir da criação de um formulário de avaliação dos Planos Municipais e a categorização dos nós críticos dos Planos de Providência, representou um avanço no monitoramento das ações da política e na identificação de gargalos e potencialidades.

A pesquisa de dados primários, em andamento, com a aplicação de *surveys*, entrevistas e grupos focais, amplia o escopo da análise e aprofunda a compreensão sobre os desafios enfrentados pelos gestores municipais na implementação da Política de Assistência Social. A participação de estudantes de graduação e pós-graduação no projeto, sob a supervisão de docentes da UFRN, fomenta a formação de profissionais qualificados e engajados na produção de conhecimento científico e na busca por soluções inovadoras para as demandas sociais.

Outro aspecto relevante da parceria foi a intensificação da comunicação científica sobre a Política de Assistência Social no RN. A produção de podcasts, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e a participação em eventos contribuem para a disseminação do conhecimento, a ampliação do debate público e o fortalecimento do controle social.

Visando ao aprimoramento e a expansão da parceria entre o Observatório das Desigualdades da UFRN e a SETHAS/RN, e a promoção de iniciativas semelhantes em outros contextos, algumas recomendações podem ser consideradas: (a) criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação



contínuos da parceria, com a participação de representantes da UFRN, da SETHAS, das gestões municipais e da sociedade civil, a fim de garantir a pertinência das ações e a efetividade dos resultados; (b) ampliação da divulgação dos resultados da parceria para diferentes públicos, utilizando linguagem acessível e plataformas digitais, a fim de democratizar o acesso à informação e fortalecer o debate público; (c) promoção de capacitações para gestores públicos sobre a gestão pública baseada em evidências, a fim de fortalecer a cultura de uso de dados para a tomada de decisão; e (d) incentivo à criação de redes de colaboração entre instituições governamentais, universidades e outras organizações da sociedade civil, a fim de potencializar a troca de experiências e a produção de conhecimento aplicado às políticas públicas.

A experiência desta parceria aponta para o potencial transformador da colaboração entre o governo e a academia na busca por soluções inovadoras para os desafios contemporâneos. A gestão pública baseada em evidências e a inovação social, norteadoras da parceria, se configuram como estratégias fundamentais para a construção de políticas públicas mais efetivas e responsivas às necessidades da população.

A disseminação de parcerias semelhantes em outros contextos, envolvendo diferentes áreas de atuação governamental e temáticas de pesquisa, pode contribuir para a qualificação da gestão pública e a promoção de avanços sociais significativos. A integração entre a produção de conhecimento científico e a formulação e implementação de políticas públicas, fomentada por tais parcerias, cria um ciclo virtuoso que impulsiona a inovação e a transformação social.

Em suma, a parceria entre a SETHAS e o Observatório das Desigualdades demonstra que a sinergia entre o conhecimento acadêmico e a *expertise* governamental, orientada por princípios de inovação social e gestão pública baseada em evidências, pode gerar resultados promissores para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A continuidade e a expansão de iniciativas como essa, em diferentes setores e contextos, representam um passo fundamental para o fortalecimento da democracia e a promoção do bem-estar social.

REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, Solon et al. UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS COM ENFOQUE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Revista Gestão e Organizações**, v. 6, n. 1, p. 103-122, 2021. Acesso em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/4772>

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: editora Unijuí, 2006.

BRASIL. G20 Brasil 2024. **Global Alliance Against Hunger and Poverty**: fact sheet and how contribute. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2024.



FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 813-836, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Estadual de Apoio Técnico da Política de Assistência Social do Rio Grande do Norte**. 2022. Acesso em <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000287080.PDF>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº33.621/24 Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Provimento em Comissão da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS)**. Acesso em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sei.rn.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_download_anexo&acao_origem=arvore_visualizar&id_a_nexo=11548841&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110004521&infra_hash=086de1639fa8b10d2a49ce0879148536412b90eeaf4b8cd00541e5af196b3fa8

KOGA, Natália Massaco; PALOTTI, Pedro Lucas Moura. O uso e o não uso de evidências científicas nas políticas públicas: visão dos servidores públicos federais. **EM QUESTÃO** - Evidências para políticas públicas. Número 5, Junho, 2021..

SANDIM, Tatiana Lemos; MACHADO, Daienne Amaral. O Paradigma das Políticas Públicas Baseadas em Evidências na Gestão Pública Brasileira: uma análise das publicações acadêmicas. 2020. Acesso em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10375/1/bapi_24_art3.pdf

SCHNEIDER, V.; ALVES, V.; JUNG MARQUES, M. A.; SELL, D.; DOS SANTOS PACHECO, R. C. GESTÃO PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS: USO DE MACHINE LEARNING PARA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE FOMENTO À INOVAÇÃO. **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2020. DOI: 10.48090/ciki.v1i1.905. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/905>

TENÓRIO, Fernando G.; SARAIVA, Enrique. Esforços sobre gestão pública e gestão social. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**, v. 2, 2006.

XAVIER, Laura Letícia. Políticas públicas baseadas em evidências: ferramenta necessária para os gestores públicos para a distribuição do orçamento público. 2021. Acesso em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5797>

Rio Grande do Norte. **Inovação na Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico]**. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Iris Maria de Oliveira, Elizângela Cardoso de Araújo Silva, Janine Rodrigues Baltazar, Tábita Pollyana Alves de Souza (Organizadores). – Mossoró, RN: EDUERN, 2021.